

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.916 - PE  
(2018/0336965-1)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**EMBARGANTE : PROVIDER SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (EM RECUPERACAO JUDICIAL)**  
**EMBARGANTE : PROVIDER TECNOLOGIA DE SISTEMAS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS : CARLOS GUSTAVO RODRIGUES DE MATOS E OUTRO(S) - PE017380**  
**ANGELO ALBERTO DE CASTRO SILVA - PE028709**  
**NATHÁLIA PAZ SIMÕES - PE027934**  
**EMBARGADO : MONICA TORRES PINHEIRO**  
**ADVOGADOS : HULME PARENTE GOMES - CE013888**  
**PAULO VOLMIR GOMES - CE011344**  
**SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 6A VARA CÍVEL DE RECIFE - PE**  
**SUSCITADO : JUÍZO DA 11A VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA - CE**  
**SUSCITANTE : PROVIDER SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA (EM RECUPERACAO JUDICIAL)**

## **EMENTA**

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. DELIBERAÇÃO ACERCA DE VALORES RETIDOS A TÍTULO DE DEPÓSITO RECURSAL EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, AINDA QUE REALIZADOS ANTERIORMENTE AO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO RECUPERACIONAL. PRECEDENTES. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA, ATRIBUINDO-LHES EFEITOS INFRINGENTES, CONHECER DO CONFLITO E DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 6A VARA CÍVEL DE RECIFE - PE.*

## **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por PROVIDER SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA e PROVIDER TECNOLOGIA DE SISTEMAS LTDA, ambas em recuperação judicial, em face de decisão monocrática (e-STJ, fls. 207/209) que não conheceu do conflito de

# *Superior Tribunal de Justiça*

competência por ausência de demonstração de atos de constrição dirigidos ao seu patrimônio.

Em suas razões, as embargantes alegam a existência de vício na decisão embargada, aduzindo contradição quanto à análise de bloqueio efetivado em face de valores atinentes a depósitos recursais realizados pelas empresas recuperandas. Seguem argumentando a essencialidade dos valores constrictos para fins de cumprimento do plano de recuperação.

Sem impugnação (e-STJ, fl. 239).

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração merecem acolhida, com efeitos infringentes.

É que, embora inicialmente não tenha vislumbrado a possibilidade de conhecimento do conflito, as embargantes fizeram a juntada de documentos (e-STJ, fls. 234/235) que, de fato, demonstram configurado o incidente, tendo em vista a existência de ato construtivo em face do patrimônio da sociedade em recuperação.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que os atos de execução dos créditos promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-Lei 7.661/45 ou da Lei 11.101/05, bem como os atos judiciais que envolvam o patrimônio dessas empresas, devem ser realizados pelo juízo universal, incluindo a deliberação acerca da destinação dos valores atinentes aos depósitos recursais feitos em reclamações trabalhistas, ainda que efetivados anteriormente à decretação da falência ou ao deferimento da recuperação.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes da Segunda Seção do STJ:

*CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUSTIÇA TRABALHISTA E JUÍZO FALIMENTAR - EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA - DEPÓSITO RECURSAL - LEVANTAMENTO - POSSÍVEL PREJUÍZO AOS DEMAIS CREDORES HABILITADOS - CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO R.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA.**

- 1. A decretação da falência carrega ao juízo universal da falência a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar, inclusive, decidir acerca do destino dos depósitos recursais feitos no curso da reclamação trabalhista, ainda que anteriores à decretação da falência.*
- 2. Por essa razão, após a quebra, é inviável o prosseguimento de atos de expropriação patrimonial em reclamações trabalhistas movidas contra a falida perante a Justiça do Trabalho.*
- 3. Conflito conhecido para declarar a competência do r. juízo falimentar. (CC 101.477/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, Segunda Seção, julgado em 09/12/2009, DJe 12/05/2010)*

## **AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. DEPÓSITOS RECURSAIS ANTERIORES À QUEBRA.**

*- É do juízo falimentar a competência para decidir sobre o destino dos depósitos recursais feitos no curso de reclamação trabalhista movida contra a falida, ainda que anteriores à decretação da falência. (AgRg no CC 87.194/SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Segunda Seção, julgado em 26/09/2007, DJ de 04/10/2007)*

Ainda, quanto ao tema, cumpre destacar a existência de diversas decisões monocráticas na mesma linha de entendimento dos precedentes acima aludidos: CC 149.278/CE (Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe de 02/06/2017), CC 150.867/SP (Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe de 31/05/2017), CC 152.179/PE (Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe de 24/05/2017) e CC 152.174/PE (Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe de 19/05/2017).

**Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para, atribuindo-lhes efeitos infringentes, conhecer do conflito para declarar a competência do JUÍZO DE DIREITO DA 6A VARA CÍVEL DE RECIFE - PE para quaisquer exames relativos a pagamento de débitos (relacionados à execução trabalhista nº 0000335-20.2010.5.07.0011 movida por MONICA TORRES PINHEIRO) da suscitante, PROVIDER SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, em recuperação judicial, e constrição do seu**

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **patrimônio.**

Os valores eventualmente já constrictos pelo JUÍZO DA 11A VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA - CE atinentes à recuperanda deverão ser colocados à disposição do juízo universal, a quem competirá analisar eventual pedido de levantamento.

Comuniquem-se as autoridades judiciárias em conflito.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator

